

## APRESENTAÇÃO

A participação social e política juvenil como questão

*Claudia Mayorga*  
*Lucia Rabello de Castro*  
*Marco Aurélio Maximo Prado*

A apresentação ordenada e harmonizada dos resultados de um projeto nacional de pesquisa como este, que dá origem à presente publicação, não permite entrever uma certa acidentalidade do seu surgimento, assim como as turbulências que sacudiram o caminho percorrido até aqui.

O projeto de pesquisa nasceu da aposta na conversa sobre preocupações convergentes de pesquisa no campo da juventude, aposta essa tanto maior hoje porque investiu no prazer – ainda inextinto – do risco do pensamento e da ousadia das trocas sem “produtividade”. De Minas, Pernambuco e Rio de Janeiro, o trabalho de pesquisa na área da participação social dos jovens reuniu inicialmente alguns pesquisadores<sup>1</sup> para, sem grandes pretensões, criarmos um núcleo de trocas sobre as pesquisas que vínhamos realizando. Assim, foi organizado um primeiro encontro sobre Juventude e Política no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em outubro de 2007, que aglutinou pesquisadores docentes e discentes do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância e Adolescência Contemporâneas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nipiac/UFRJ), do Núcleo de Psicologia Política

<sup>1</sup> Claudia Mayorga, Jaileila de Araújo Menezes, Lucia Rabello de Castro e Marco Aurélio Maximo Prado.

da Universidade Federal de Minas Gerais (NPP/UFMG), e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Naquele encontro, contamos também com a presença de dois cineastas, José Joffily e Eduardo Escorel, que tinham lançado fazia pouco tempo um documentário (*Vocação do poder*) sobre a campanha política de seis jovens candidatos à vereança no Rio de Janeiro. Os cineastas deslancharam o debate com algumas questões: Afinal, o que motiva um jovem hoje para uma carreira política? De que forma uma campanha política se imbrica e se molda a partir das deficiências do Estado e de suas políticas públicas assumindo, muitas vezes, um conteúdo ideológico assistencialista? Um filme como *Vocação do poder* é capaz de fomentar a discussão pública sobre o modo de se fazer política no Brasil? Não foram curtas as discussões suscitadas, que geraram debates intensos e discordâncias que transcorreram pela manhã e continuaram à tarde.

Algumas questões permaneceram icásticas, todavia sem o fechamento desejado, esperando, talvez, uma outra oportunidade de discussão. Os pesquisadores discentes, por exemplo, levantaram questões sobre os impasses e as dificuldades que aparecem quando eles, como pesquisadores militantes, conduzem pesquisa sobre política com jovens. O risco da assimilação deste outro, tornado transparente e acessível pela complacente proximidade com o pesquisador, não impediria justamente que ele “falasse”? Que formações ideológicas do pesquisador não estariam moldando o *objeto* de investigação de forma a preservar modos de codificação e interpretação da realidade familiares ao pesquisador? Tais questões aludem ao que Spivak (2010) nos alerta como a aparente sedução de “deixar o(s) outro(s) falar por si mesmo(s)” como se, assim, a soberania subjetiva pudesse se afirmar não importa como ou onde.

O encontro deixou marcas: o fato de que, sem que tivéssemos planejado ou antecipado, as discordâncias pudessem ser expressas em um clima de debate “com confiança” produziu efeitos subjetivos intensos. Deparamo-nos com questões perturbadoras: maneiras diferentes de pensar teoricamente a participação juvenil, e de trabalhá-la metodologicamente, no bojo de uma diversidade de campos empíricos. Os contrastes e as divergências totalizaram uma gama de problemas de onde mal dava para deslindar a superfície.

Um segundo encontro desses núcleos – II Internúcleos de Juventude e Política – aconteceu em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2008, e chamou para a discussão líderes de alguns grupos militantes juvenis e pesquisadores docentes e discentes. A “voz do jovem militante” havia sido uma questão residual das discussões anteriores, e agora podia ser retomada sob a perspectiva de se avaliar criticamente as distâncias

e aproximações do pesquisador com o “outro” da pesquisa, o militante, que não apenas trazia o depoimento do que e como fazia, mas também uma concepção de sua luta e da articulação dessa com outros grupos, inclusive os acadêmicos. Desse modo, as discussões travadas entre os jovens militantes e os pesquisadores foram demarcando fronteiras e diferenciações nas posições dos diversos atores ali presentes. No entanto, alguns aspectos convergiram em dilemas comuns: o financiamento do Estado de grupos organizados e os modos de regulação daí decorrentes; a cooptação das lutas nos dispositivos ideológicos do Estado; a modulação das demandas a partir do seu potencial de visibilidade nos espaços públicos.

A densidade afetiva desse encontro ficou por conta do compartilhamento das diversas experiências de mobilização dos jovens no cenário brasileiro de persistentes e enormes desigualdades em que diferentes grupos de jovens se engajam em processos de transformação social e política, ao mesmo tempo em que esses processos os inscrevem em um projeto de desenhar identidades juvenis. Assim, “ser jovem” constitui um projeto a ser construído, discursivamente e nas práticas sociais, a partir da inscrição da diferença – racial, sexual, de classe social – na luta política pela emancipação. As discussões fizeram aflorar o clamor por mudanças, como nas palavras de uma das jovens presentes: “a gente está se organizando para a gente mesmo, construindo um lugar que é nosso; a parte oprimida está se organizando, e a parte que é opressora não quer sair do seu lugar”.

A enunciação da importância de construir alianças e articulações entre grupos oprimidos ficou evidenciada nas discussões e nos depoimentos dos jovens. Todavia, com igual força se impôs também a afirmação do projeto identitário das diferenças dos diversos grupos juvenis. Assim, de forma contundente se colocou a questão dos sentidos que orientam as lutas políticas desses diversos grupos, inspirados por um desejo de pertencimento e reconhecimento social. De qual emancipação se trata? Em que sentido os clamores juvenis conduzem a se reconfigurar o quadro de desigualdades sociais no país, podendo, portanto, ser compreendidos como “políticos”? Entre concordâncias e divergências, discutimos as contradições de projetos de emancipação aderidos a posições identitárias que podem levar a impasses nas lutas em prol da construção de equivalências por justiça e igualdade entre diferentes grupos.

Um aspecto relevante da discussão apontou para “a questão subjetiva” inerente ao processo da luta política. Para alguns dos jovens ali, parecia bastante claro que a luta contra a opressão tem que se realizar subjetivamente

como um processo em que é imperativo se descolar subjetivamente do opressor, recortando dentro de si o *self* oprimido. Neste sentido, o opressor não é o outro externo, mas o eu não desvelado para mim mesmo, o que o torna ainda mais espectral. A descrição dos jovens evocou Fanon (1967) na alusão que esse autor faz à subjetividade do oprimido, de tão radicalmente colonizada pelo opressor que se assemelha a uma folha manchada por tinta, na qual tinta e folha já deixaram de ser duas coisas separadas para se tornarem uma só. Para todos nós, muitas perguntas surgiram. Mas como se encaminha, então, a “questão subjetiva” nas lutas pela transformação? Com que recursos se pode contar? Estas são algumas das perguntas que se acumularam no fechamento daquele encontro.

A experiência dos encontros do Rio e de Belo Horizonte acalentou a perspectiva de se prosseguir nas discussões e, mais do que isso, de fazer com que elas pudessem se articular mais sistematicamente às direções de investigação de cada grupo de pesquisadores. De 2008 a 2009, o grupo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) se institucionalizou como Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (Gepcol), sob a coordenação das professoras Jaileila de Araújo e Monica Rodrigues Costa. Além disso, o Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Relações Estéticas e Processos de Criação da Universidade Federal de Santa Catarina (Nupra/UFSC), coordenado pelas professoras Andréa Vieira Zanella e Kátia Maheirie, manifestou desejo de participar das discussões que viessem a ser realizadas. A oportunidade de concorrer ao edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 02/2009 (Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) aglutinou os esforços dos agora quatro grupos envolvidos (Nipiac/UFRJ, NPP/UFMG, Gepcol/UFPE e Nupra/UFSC), em conjunto com a professora Maria Ignez Costa Moreira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), em torno de um projeto nacional de pesquisa sobre juventude e participação social e política, que foi apresentado ao CNPq no início de 2009. A expectativa de dar amarras mais “institucionais” ao grupo, que se iniciou com o simples objetivo de trocar experiências de pesquisa e ser desafiado por discordâncias e críticas, significou também correr o risco de exceder nas concessões às exigências institucionais em detrimento do livre pensamento e da discussão autotélica. No entanto, decidimos correr o risco e, depois de aprovado, o projeto de pesquisa foi oficialmente deslanchado por ocasião do III Internúcleos Juventude e Política, que aconteceu, então, no Recife, em agosto de 2009.

Esse encontro inovou a discussão da participação dos jovens trazendo

como questão as interfaces entre política e arte na militância juvenil. Grupos e líderes dos movimentos hip hop no Recife se apresentaram para conversar sobre suas experiências: a importância do hip hop como espaço de pertencimento e expressão de jovens pobres; a relação dos grupos hip hop com o aparelho estatal e suas políticas públicas; as relações entre o hip hop e as formas culturais dominantes; a articulação política entre os grupos de hip hop e outros grupos juvenis; movimento hip hop e cooptação pela mídia; hip hop e processos de subjetivação; hip hop e transformação social etc. Pulga MC, Sergio Ricardo, Rosa Baratinha, JC Big, Carbonal, Galo e Girlana foram alguns jovens dos movimentos hip hop recifenses que estiveram conosco durante todo um dia apresentando suas experiências e discutindo sobre militância política.

É difícil reproduzir aqui a densidade emocional gerada pela discussão dos jovens hip hoppers sobre sua militância. Afinal, que militância era aquela que misturava elementos como a luta pela sobrevivência, a conscientização política, a expressão de si na música, grafite ou pichação e um sentimento de compromisso em relação aos outros, em relação à comunidade? Certamente, o “político” desses jovens militantes assombrava qualquer definição acadêmica purista do termo, e contrariava qualquer perspectiva estratégica de luta política baseada em táticas para alcançar posições de poder. O “político” que exalava daquelas falas aludia, fundamentalmente, às dimensões da “evolução de si” e da “revolução”, caras ao hip hop, pontos sintetizados na fala de Galo.

Assim, como aspecto nodal dos depoimentos estava a causa da transformação, pessoal e social, entendida não como um movimento com pautas e demandas definidas, mas como o de busca de alternativas à realidade posta que tanto pode expandir a posição do sujeito para outras fronteiras desconhecidas, como revolver a ordenação cristalizada da realidade. Por um lado, os testemunhos dos hip hoppers compunham o cenário vivo de mudanças operadas na vida de cada um, evidenciando a transformação pessoal. A questão subjetiva retornava outra vez com força, chamando para si o “político” e imbricando-se a ele como ação engajada, afeta a um corpo concreto e histórico, marcada por gênero, raça e posição social.

Aqui, o entrelaçamento do subjetivo com o político dava origem a uma outra maneira de se viver e de ser que fazia o sujeito emergir da taciturnidade ao se reconstruir por meio do trabalho artístico no grupo e da articulação desse com pessoas e outros coletivos. Diferentemente de se postular que o político resultava da ação de um sujeito politicamente informado e competente, a militância hip hopper posicionava o político como forma expandida de consciência de si alcançada na emergência de uma subjetividade produzida

nas condições coletivas de trabalho. Tal como sugere Segal, se referindo à imbricação do político e do pessoal, o político só sobrevive na vida pessoal na medida em que algum sentido de eu possa ser publicamente compartilhado com os outros (Segal, 2008: 392). Para os hip hoppers, só se poderia ser eu compartilhando o “nós hip hopper” que expande a consciência na história, na sociedade e no trabalho coletivo. Curiosamente, o projeto identitário aqui não visava especificamente afirmar uma identidade juvenil, ao buscar destacar o que era especificamente juvenil no hip hop, mas de “construir a cidadania” para os jovens nas comunidades no âmbito das contradições da realidade excludente.

Por outro lado, a outra dimensão, a da revolução, resistiu a qualquer definição que tentasse capturar seu sentido. A bem dizer, o protesto, muitas vezes visto como aglutinando as massas e promovendo a oposição ao *status quo*, não dava conta da ação política segundo os próprios hip hoppers. De que consistiria, então, a “revolução” operada pelo hip hop?

Não obtivemos uma resposta explícita a essa questão naquele debate, até porque a ideia de revolução, ainda que central para unificar diferentes experiências de militância, foi tratada de forma indireta. O que parecia ser reiterado como meta almejada em todos os depoimentos, e revolucionária, porque pretensamente transformadora do real, tratava do envolvimento do movimento hip hop com as comunidades, na força com que empreendiam e acreditavam no trabalho de formação, conscientização e cidadania. Olhando para trás, nos damos conta de que a pauta da “revolução” estava longe de ressaltar estratégias claras de combate a supostos adversários, mas afirmava uma potência transformadora que se irradia a partir da construção de outros mundos de convivência e de subjetivação. Por isso mesmo, o Estado e suas políticas públicas não aparecem como adversários contra quem se posicionar, mas, ao contrário, aparecem como eventuais parceiros. No entanto, o risco dessa parceria é assinalado ao se constatar a possibilidade de se amainar a revolução no pragmatismo dos ganhos imediatistas e/ou vantajosos apenas para alguns. Ficou colocada, mais uma vez, a questão entre militância política e sua relação ambígua com o Estado, que, se pode ser visto como eventual parceiro, também é considerado como aquele que coopta a ação de movimentos sociais no âmbito de instâncias encarregadas do desenho, negociação e decisão das políticas públicas.

Posta a questão, ela reverberou em outras discussões deste encontro que problematizaram como as atuais políticas da juventude dominam o campo de reflexão da área no sentido de que esse ator, o Estado, passa a ter o poder

simbólico, decorrente do aporte material que tem dado ao campo da juventude recentemente, de deslocar e inaugurar as *questões* pertinentes da área. Inclusive, os programas gerados pelas políticas públicas passam a nomear e recortar grupos juvenis que, ao se tornarem seus clientes, identificam os jovens tão somente a partir de suas necessidades, carências e, até mesmo, supostas patologias.

O III Internúcleos de Juventude e Política, que aconteceu no Recife, propiciou também a oportunidade de que os diversos grupos de pesquisa, agora aglutinados em um projeto nacional sobre juventude e participação social e política, pudessem compartilhar as experiências de pesquisa em andamento.

Em 2010 e 2011, dois outros internúcleos de juventude e política foram organizados. Um ocorreu no Rio de Janeiro em outubro de 2012, e o outro, em Florianópolis, em setembro de 2011. A característica desses dois encontros é que contaram com convidados internacionais, pesquisadores no campo da juventude e participação política, que integraram as discussões e apresentaram e debateram suas pesquisas. Além disso, nos encontros aparecia cada vez mais gente dos grupos envolvidos, uma vez que se faziam esforços enormes para que os discentes e docentes pudessem todos comparecer, na medida do possível. Para todos, aqueles encontros acadêmicos pareciam ter sentido ao nos envolver em discussões “para valer”. O que parecia surpreendentemente importante e, para os discentes, parecia crucial, era que as apresentações das pesquisas em andamento – que tentavam ganhar pelo lado da lucidez e dos avanços intelectuais ao arrumar e organizar algumas respostas às questões colocadas no projeto – eram praticamente desmontadas em minutos de debate. Se havia algum sabor amargo deglutido ao longo desses embates, vindo das discordâncias e do tateamento das respostas, ao final, a resistência, real e densa, da realidade ao pensamento se fazia introjetar como desafio e impertinência a serem enfrentados.

No IV Internúcleos de Pesquisa, em Florianópolis, a organização desta coletânea foi discutida. Como forma de dar continuidade e assegurar o trabalho coletivo de todos, para cada capítulo foram designados pareceristas docentes de um outro grupo/núcleo (que não o próprio), de modo que todos os capítulos fossem lidos e comentados criticamente por aqueles não diretamente envolvidos na sua elaboração. Assim, tentamos assegurar pareceristas *ad hoc*, e cada grupo sabia quem seria o seu (ou os seus, no caso de mais de um trabalho), o que eliminou a “leitura anônima”. cremos que, após os embates havidos ao longo do projeto nacional, podíamos esperar pelo rigor dos colegas pareceristas e de sua sintonia com a discussão em pauta. Estávamos todos

investidos na produção do trabalho coletivo, gestado durante cinco anos de pesquisas, discussões e encontros.

Em seguida, expomos sumariamente alguns pontos centrais que fizeram parte do projeto de pesquisa nacional sobre juventude e participação social. De onde partimos, como, e onde chegamos: que questões orientaram a pesquisa e como nosso campo de interlocução teórica contextualizou nossas indagações e os objetivos a que nos propusemos.

### A pesquisa nacional sobre juventude e participação social: *subjetividade, cultura, política e direitos*

O projeto que dá origem a esta coletânea visou mapear, compreender e delinear um panorama de âmbito nacional das formas de participação social e política juvenil no Brasil contemporâneo. Muito da discussão que circula nessa área tem sido pautada pela dualidade de posições que ora afirmam um posicionamento de distância, indiferença e/ou apatia dos jovens em relação à política (Welti, 2002), ora apontam as formas pelas quais os jovens *continuam* a participar ativamente das questões públicas da vida política e social (Maheirie, 2002; Castro, 2005). A evocação do desinteresse dos jovens em relação à política ou a indicação de sua retração para a vida privada se tornaram lugares comuns na literatura, favorecendo, algumas vezes, uma preocupação alarmista em relação ao futuro da democracia (Mendez, 1998).

No entanto, parece importante considerar que a *forma* de colocar o problema da relação dos jovens com as questões da vida em comum já estabelece direções interpretativas que podem excluir, por exemplo, uma análise de *por que* o desinteresse se estabelece, ou se, hoje, estaríamos assistindo a uma certa ressignificação da esfera política, da cultura e da própria forma de engajamento social dos jovens na esfera das políticas públicas.

Alguns estudos apontam justamente a importância de se pesquisar as “novas formas” de participação social de jovens, em um momento em que se lamenta o esvaziamento da política, a crise na representatividade, a desconfiança em relação às instituições e o afastamento dos jovens das atividades políticas convencionais (Stolle e Hooghe, 2004; Putnam, 2000; Norris, 2002; Holloway, 2005, dentre outros). Alguns estudos, por exemplo, têm mostrado a disponibilidade dos jovens para a “associação” em prol de pautas comuns (Baugnet, 1996; Ion, 1996; Maheirie, 2002; Gauthier, 2003; Ferreira, 2005; Roudet, 2004) e, ao mesmo tempo, sua rejeição a estruturas convencionais de

engajamento e de ação, como partidos políticos e outras formas legitimadas de participação política.

O estudo relativamente recente sobre o perfil da juventude brasileira publicado pelo Instituto da Cidadania (Abramo e Branco, 2005) mostra que apenas 15% da amostra participa de algum tipo de associação. Como resultado, essa estatística colhe uma visão apenas superficial da questão que merece ser aprofundada por procedimentos metodológicos que permitam análises mais finas e possam levantar outras questões relevantes, tal como definidas pelos próprios jovens (Kovacheva, 2005; Reguillo, 2003).

A compreensão das formas de participação política e social exige que se problematize o conceito de participação, uma vez que muitas ações participativas são imprecisas e contraditórias. As práticas de grupos, que se constituem por meio de identidades coletivas sociais e culturais, podem se revelar como denúncia, revolta, ou, na maior parte das vezes, como “movimentos pela significação” (Calhoun, 1994). Neste último caso, se sabe o que não se deve ser (ou fazer), mas nem sempre o que se poderia ser (ou fazer), ou o que se deve ser (ou fazer). O processo social da formação de um “nós” – uma subjetividade coletiva – torna-se proeminente e se afirma em torno da delimitação de uma causa que alavanca as disposições subjetivas individuais para outro patamar: aquele que pode ser precariamente objeto da identificação por parte de muitos, visto que contém algo que pode ser comum, passível de ser coletivizado por muitos indivíduos. A identificação em torno de uma “identidade juvenil” pode ser um exemplo de como a participação pode ser deslanchada para inscrever os sujeitos em um lugar social distinto, diferente do dos demais. No entanto, qual seria tal distinção, se ela é relevante no domínio público, ou como ela se articula a outras distinções, são questões que podem permanecer sem resposta ao longo das ações participativas de um determinado grupo.

A pretensa unidade de um movimento social, por exemplo, é entendida aqui apenas como ponto de partida empírico, sendo o resultado de um processo de trocas simbólicas, negociações, decisões e conflitos constantemente ativados pelos atores sociais, o que torna possível considerar os movimentos sociais sujeitos coletivos mas segmentados internamente (Melucci, 1995; Prado, 2006).

A categoria “política” também merece uma revisão. Nas palavras de Tejerina (2005), somente a política pode pôr em perigo a Política. A participação na comunidade política indica necessariamente uma re-conceitualização do que vem a ser política, entendida não apenas como governança e diferenciação de funções dela decorrentes, mas, principalmente, como luta pela

igualdade, justiça e emancipação (Rancière, 1995).

De acordo com dados da pesquisa “Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas” (Ibase/Polis, 2006),<sup>2</sup> junto aos índices de baixa participação dos jovens em associações e coletivos, os resultados da coleta de dados qualitativa desvelam que há, na juventude brasileira, “um desejo de participação sempre latente, independente do ‘como participar’”. Ainda nessas considerações, o relatório prossegue: “esse desejo de participação se direciona para questões mais pontuais e de busca de sentido da ação juvenil” (p. 81). Logo, vemos despontar sinais de novas formas e temas de mobilização juvenil na vida pública, e uma crítica à participação política tradicional.

No caso, ressaltamos a ação social e política pela via da arte, que ocupa um espaço na vida de jovens que, em geral, estão na faixa etária entre 15 e 25 anos (seguindo a marcação etária da Organização Mundial da Saúde), moram nas periferias dos centros urbanos, e são identificados como população de baixa renda. Destacamos o movimento *hip hop* como um tipo significativo de expressão artística juvenil que aglutina e mobiliza parcela enorme de jovens e adolescentes de comunidades periféricas. O hip hop e seus elementos compõem, assim, um campo que apela para as mais diversas linguagens: sonoro-auditiva (rap/dj), gestual (break) e visual (grafite), aglutinando possibilidades de expressão artístico-cultural e tornando-se potencial vocalizador das demandas contestatórias de jovens pobres à sociedade. É Eagleton quem vai afirmar que é do ponto de vista subalterno e pontual que a sociedade pode se enriquecer:

A sociedade não pode ser totalizada de um ponto de vista privilegiado acima dela mesma, mas de um ponto subordinado dentro dela. A lógica de uma situação geral só pode ser decifrada pelos que a olham de um ângulo específico, já que são eles que mais necessitam deste conhecimento *para o fim de sua emancipação*. Eles são, a bem dizer, *na posição de saber*, uma expressão simples que nega que a posicionalidade seja necessariamente contrária à verdade. (Eagleton, 2000, p. 81. Grifos nossos.)

<sup>2</sup> A pesquisa (2004/2005) foi coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto Pólis, e distribuiu-se por sete metrópoles. Para maiores informações, ver relatório final, de novembro de 2005, em <http://www.polis.org.br/uploads/1426/1426.pdf>.

Conforme Lodi e Souza (2005), o surgimento de grupos de expressão de jovens pobres passa a ser uma realidade no Brasil a partir dos anos 1970; esses grupos foram incentivados em grande medida pela presença nas comunidades de instituições religiosas como as pastorais católicas, de partidos políticos e pelos trabalhos desenvolvidos por organizações não governamentais. Sobre isso, Alvim (2002) chamou-nos atenção para uma relação intrínseca entre a categoria jovem e as formas de ação junto a grupos assim classificados. Se, por um lado, se passa uma imagem da juventude pobre como vulnerável às drogas, ao crime e imersa na falta de opção, nos anos de 1990 a juventude da periferia foi “descoberta” ou deixou-se descobrir pelas produções de grupos culturais (rap, funk, dança, circo, teatro) que valorizam a comunidade e resgatam o valor dela em relação à sociedade em geral. Tais grupos resultam, justamente, da confluência entre a indústria cultural e as redes de apoio social promovidas por universidades, ONGs, terceiro setor e Estado (Alvim, 2002).

Sabemos que as práticas culturais constituem recursos importantes para que o jovem construa um projeto pessoal e um lugar de pertencimento à sociedade mais ampla (Castro, 2008). Elas inauguram um amplo campo em que as disputas simbólicas, territoriais, estéticas podem favorecer os movimentos instituintes juvenis. Assim, a investigação sobre as formas de participação social e política dos jovens não pode deixar de lado o enfoque sobre os dispositivos culturais, pois eles são elementos imprescindíveis à construção do laço do jovem com a sociedade.

O projeto de pesquisa que dá origem à presente publicação insere-se na discussão, travada tanto no Brasil quanto fora dele, que problematiza o saber convencional para compreender os modos de participação social e política juvenil não convencionados por meio dos partidos políticos. Considera-se a diversificação desses modos de participação uma questão fundamental, posto que vivemos em um mundo completamente transformado pelas novas formas de comunicação, pela tecnologia e pelos processos de globalização que alteram significativamente as configurações das disputas políticas e seus territórios. O escopo nacional do projeto visou construir um saber por meio de análises empreendidas em diferentes núcleos de pesquisa do país: no Rio de Janeiro, o Nipiact/UFRJ; em Minas Gerais, o NPP/UFMG; em Pernambuco, o Gepcol/UFPE; e, em Santa Catarina, o Nupra/UFSC. Contamos ainda com pesquisadores individuais, como a professora Maria Ignez Costa Moreira, da PUC-Minas e o Professor Marcos Mesquita, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Cada núcleo de pesquisadores, ou ainda pesquisador/a individual,

examinou campos empíricos diferenciados de participação juvenil utilizando abordagens teóricas distintas. Entendemos que, ao nos debruçarmos sobre as experiências juvenis de participação, estamos circunscrevendo um campo de identidades sociais historicamente construídas e marcadas por uma diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero.

### Eixos analíticos da investigação:

subjetividade, valores, coletivos e resistência

Ao longo dos dois anos que antecederam a elaboração do projeto nacional, enviado ao CNPQ em 2009, a discussão sobre participação política juvenil que aconteceu nos encontros dos internúcleos mapeou algumas dimensões significativas da reflexão do grupo.

Em primeiro lugar, cremos que as iniciativas de participação dos jovens põem em questão a divisão entre público e privado, uma vez que tentam tornar públicas formas de ser e viver que antes não tinham visibilidade. Trata-se, então, inicialmente, do processo de significar coletivamente tais práticas, o que implica a formação de coletivos em torno de um processo de nomeação – quem somos, o que queremos – endereçado a outros interlocutores que necessitam ser arregimentados para escutar tal endereçamento. Neste sentido, as formas juvenis de participação constroem novos espaços de visibilidade e publicização de demandas e ações. Como vimos anteriormente, os movimentos hip hoppers, por exemplo, promovem alianças e novas interfaces entre o Estado e as organizações civis, como as ONGs, em torno de demandas que tem podido se afirmar no cenário público. É, muitas vezes, por meio da ação em concerto das ONGs e do Estado que se possibilita o adensamento de programas e projetos destinados a jovens de classes populares e, com isso, vê-se a emergência de sujeitos coletivos nas franjas e interstícios dessas novas articulações.

Assim, na medida em que um sujeito coletivo – os jovens – se faz mais visível, simultaneamente se entrecortam e se configuram modalidades e espaços emergentes de aparição pública antes inexistentes. Novos movimentos coletivos desenham novos espaços públicos e novas formas de aparição e legitimação frente aos outros. Certamente, tal processo não se faz sem rupturas, ou, como Rancière (1995) coloca, sem uma desclassificação da ordem vigente que estabelece novas fronteiras do ser, do dizer e do agir. Neste sentido, trata-se de um processo de subjetivação em que aparece um sujeito de fala no curso da ação coletiva.

Ao longo dos encontros dos internúcleos, a discussão sobre a participação política da juventude retorna sistematicamente à questão de *quem* é o sujeito que se produz e se quer ver reconhecido nessa ação: a autonegação de “ser jovem” identifica, por si só, um posicionamento específico em relação a demandas e reivindicações? Essa autonegação é suficiente para caracterizar a posição singular desse sujeito social em relação a outras categorias sociais, ou ela é apenas uma descrição dos indivíduos de acordo com sua aparência, idade ou estilo de vida? Portanto, resta saber de que modo a participação política de jovens desvela um sujeito político, e, sobretudo, que modos de subjetivação engendra. Assim, definir o que constitui a participação política dos jovens significa pôr em questão o sujeito político que emerge dessa ação e, por conseguinte, que *subjetividades* são evidenciadas. Um dos eixos analíticos desta publicação articula a participação política com “a questão subjetiva”. Entendemos que, hoje, a participação política se engendra em espaços que os próprios jovens constroem mais do que em ações nos espaços já instituídos. Nisso, é a própria definição de “fazer política” que se coloca em questão, como também do que se entende por sujeito político, virtudes políticas, competência política e assim por diante.

As causas que mobilizam os jovens, ou aquilo que alguns autores têm chamado de “valores” (Roudet, 2005) que orientam a ação política, nortearam também a discussão dos nossos resultados. No entanto, nos afastamos de uma compreensão do campo axiológico como aquele apreendido pela razão e vontade no ato de transcender o provisório e o efêmero. Nessa acepção, os valores são entendidos como atributos do indivíduo na busca por universalizar a conduta em relação a fins considerados intrinsecamente verdadeiros, bons e justos (Jullien, 2008). Distanciando-se dessa visão inspirada em Kant, a dimensão de valores aqui se aproxima da discussão entre o cultural e o político (Eagleton, 2000; Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000) que se faz hoje. Se a igualdade formal assegurou o lugar universal do cidadão, esse lugar apenas indicou, em princípio e não de fato, a equidade entre os indivíduos e, consequentemente, sua representação e inclusão no Estado. No entanto, a formalidade do laço do indivíduo com o Estado não foi suficiente para dar conta das inúmeras ordenações que as práticas sociais e culturais engendram. Assim, o epicentro do que pode mover os indivíduos à ação política, seus valores e causas, passa a se irradiar das práticas sociais e culturais em que os indivíduos se constituem e se veem reconhecidos, o que, em última instância, lhes possibilita assumir um lugar de cidadão. A noção de “cultura política” assinala esta inflexão que permite abordar a questão da participação política por meio das

*diferenças* que se estabelecem a partir de outras lógicas de ordenação social, para além daquela que impõe, em princípio, uma equalização das diferenças por meio da igualdade formal perante o Estado.

Se a cultura, ou o cultural, se introduz como campo de mobilização política, ela também se constitui como o campo em que as demandas se concretizam quando assumem formas de reivindicação, ação e subjetivação afeitas a esse campo. Neste sentido, a cultura passa a ser a via pela qual se expressam modos de resistência considerados como dispositivos de interrogação, problematização e reversão dos modos hegemônicos de ser, agir e participar.

Indagar sobre as resistências foi um dos eixos analíticos dos trabalhos que compõem esta publicação. Ainda que a abordagem das resistências nos conduza a perspectivas teóricas diversas, tamanha a extensão e riqueza de saberes e práticas que se ocupam desta temática, tomamos as resistências como momento que instaura qualquer processo político, a negatividade que desencadeia a distância, a separação, a crítica, a destruição, a emancipação. Mas resistir significa também confrontar e impedir, quer o que está posto, quer, até, o que se quer mudar. Portanto, a noção de resistência – na polissemia ambígua que contém – assinala tanto movimentos em prol da mudança quanto da preservação do *status quo*. Interessa, portanto, inquirir a noção de resistência no seu duplo movimento subjetivo, posto que, como coloca Jeanson (2009), estamos sempre resistindo, uma vez que é para nos tornarmos sujeitos que devemos resistir, seja negando, seja afirmando.

Enfim, um último e não mais importante aspecto analítico que norteou a discussão de nossos resultados foi a noção de coletivo. Por coletivo compreendemos a construção de dispositivos que viabilizam a ação/participação política para além do enquadramento individualizado das condutas. Coletivo, ou coletivos, implicam também a construção de articulações, alianças entre atores sociais diversos em um movimento de expandir as lutas emancipatórias em cadeias de equivalência (Mouffe, 2005). Por outro lado, a construção do coletivo, ou coletivos, parece um aspecto fundamental no estudo da participação política dos jovens uma vez que “novos” coletivos parecem emergir como formas de embate: “novos” porque não se atêm a uma estrutura conhecida e convencional de agregação de forças e indivíduos; “novos” porque se configuram a partir de objetivos distantes do que até hoje se constituiu como endereçamentos ao poder centralizado do Estado, e como projeto de poder alternativo a esse.

Portanto, subjetividade, valores, resistência e coletivos, re-significados ou não a partir de leituras teóricas chegadas aos autores, consistiram eixos que

nos ajudaram a convergir a discussão sobre a participação social e política dos jovens em meio a diversidade de posicionamentos teóricos e contextos empíricos em que se deram os estudos. Nos capítulos, os autores privilegiaram um ou dois desses aspectos nas suas análises, raramente abraçando todos como balizadores de sua narrativa. De qualquer modo, o caminho que se traçou inicialmente evidenciou-se passível de reformulação, de modo que, no produto final, podemos entrever descontinuidades e, até mesmo, divergências na maneira de compreender os modos de participação social e política de jovens na atualidade. As turbulências das discordâncias ainda ressoam nos escritos, e nos parece ser esta também a marca de qualquer espaço da/do política/o: a desmistificação do consenso.

Em “Festa estranha com gente esquisita: desafios e possibilidades para a participação juvenil”, Menezes e Costa indagam sobre a cidadania possível no quadro das desigualdades sociais brasileiras focando jovens pobres da periferia. Neste estudo, voltado à análise dos grupos de hip hop na região metropolitana da cidade do Recife, as autoras discutem como diferentes grupos empreendem lutas que são diversas e se pautam por objetivos distintos. Se a relação com o Estado é possível e desejável para alguns grupos, ela é execrada por outros, que têm no horizonte o empenho para a expansão de uma cultura política de e para os jovens. A articulação dos coletivos hip hop entre si e com outros grupos é também objeto de análise das autoras.

A relação entre processos de subjetivação e participação dos jovens a partir do enquadramento e normatização da instituição escola é o tema central do capítulo “Entre a subordinação e a opressão: os jovens e as vicissitudes da resistência na escola”. Castro analisa as possibilidades de participação dos jovens em uma situação estruturalmente hierárquica, como a da escola, na qual o desafio que se coloca não é o do rompimento da subordinação e da implosão da relação aluno–professora, mas o da resistência e da ação frente às opressões cotidianas. Assim, a autora problematiza a possibilidade de uma ação potencialmente política na escola em que, em que somadas às injustiças e ao mal-estar que acontecem na escola, um quadro de desigualdades sociais aviltantes se afirma no cotidiano da escola pública. Neste contexto, pergunta a autora, a participação política conduziria à formação de um “nós” estudantil que possa acrescentar um elemento novo ao panorama despolitizado da escola e de seus atores?

No artigo “Entre a nomeação e a instituição: reflexões a partir da juventude rural no sindicato”, Souza, Marçal, Lino, Mayorga e Prado põem em questão a construção de uma identidade jovem quando se trata de jovens do campo

sujeitos à dominação e à hierarquia das relações sociais existentes no contexto rural brasileiro. O capítulo explora o desvelamento do “ser jovem” para esses atores, analisados por conta de sua inserção e participação na Comissão da Juventude da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Por um lado, a institucionalização de um coletivo – a comissão da juventude do sindicato – garante aos jovens um espaço para a experimentação de ações desamarradas de uma lógica familiar e adulto-centrada; por outro lado, ela designa balizamentos que delimitam as possibilidades de participação dos jovens. No processo de construção de uma identidade coletiva de “jovem rural”, os autores discutem a importância da automeção como dispositivo de subjetivação juvenil.

Outros enquadramentos da participação juvenil, no caso, a cidade, são tomados como objeto de análise por Zanella, Furtado, Assis, Bueno e Levitan. No capítulo “Jovens na cidade: arte, política e resistências”, os autores problematizam a noção de resistência como figura de recusa para compreendê-la como condição de invenção, ou reinvenção, da própria existência. Resistências, ou reexistências, permitem a introdução de singularidades e desvios na vida da cidade marcada pela homogeneização e marginalização. O estudo toma como campo de intervenção vários movimentos juvenis: os grafiteiros da cidade de Florianópolis, o Movimento Passe Livre, também dessa cidade, e jovens participantes de programas sociais de contraturno escolar na cidade de Blumenau. O elemento comum na análise desses movimentos reside na possibilidade de recriar as relações entre os sujeitos e o espaço da cidade e, simultaneamente, as relações entre os próprios jovens. Neste processo, a ação em conjunto, a sensibilização e os dispositivos materiais tornam-se elementos importantes para reconfigurar o que está posto.

O campo da ação política é atravessado pela experiência sensível articulando de uma só vez afeto, cognição e memória. O texto “Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política”, de Maheirie, Hinkel, Groff, Muller, M. Gomes e A. Gomes, explora justamente como a formação dos coletivos se apoia na objetivação do movimento e da ação em formas concretas: linguagens, textos, objetos que podem ser compartilhados e unem o estético ao significativo, a sensação ao sentido. Analisando os movimentos coletivos do Passe Livre em Florianópolis, de jovens músicos que militam no MST de Santa Catarina, e de jovens ligados ao rap da cidade de Blumenau, os autores discutem uma visão da ação política que se quer distanciar da simples lógica da recusa para aderir a outras formas de resistência, em que os afetos abrem possibilidades de desconstrução da realidade.

Voltando à cena escolar, no artigo “A ação coletiva e os valores da vida escolar”, de Bacelar, Silva e Castro, o objeto de análise é a dificuldade de os jovens se organizarem em coletivos por meio dos quais suas falas possam se endereçar ao outro, hierarquicamente superior. O texto se debruça sobre as vicissitudes da ação coletiva de estudantes de escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro, buscando relacioná-la aos valores que animam a experiência escolar desses jovens. Ainda que atentos e responsivos às questões da cidade e do país, movidos pela aposta em um mundo mais justo, em que suas vozes e demandas sejam ouvidas, parece difícil aos estudantes encaminhar suas reivindicações de modo coletivo rompendo modos estabilizados de agir. Os autores mostram os descompassos entre queixas e demandas individuais e as ações coletivas que parecem permanecer no plano imaginário. Desta forma, os jovens parecem salvaguardar a ação do seu caráter de risco e aposta que não pode lhe ser retirado.

A análise dos coletivos hip hop na cidade de Belo Horizonte merece a atenção de Donato, Silva Jr., Cunha, Mayorga e Prado. No capítulo “A reflexividade em torno de si e do mundo na atuação de jovens hip hoppers”, os autores se voltam para a problematização de três eixos que qualificam a experiência de jovens hip hoppers: a questão da desigualdade social, a relação dos coletivos com as políticas públicas, e a lógica do mercado. Aqui, o modelo hegemônico estabelece ordenações sociais, culturais e identitárias que mantêm lógicas de deslegitimação social em relação a jovens negros e pobres. Os autores se propõem discutir como a participação desses jovens em coletivos hip hop pode conduzir ao questionamento e à reflexividade de sua posição no mundo frente à marca eminentemente ambígua de processos sociais que ora favorecem a emancipação, ora estão a serviço da regulação.

A relação entre sujeitos e coletivos – entre a resistência ou a adesão a formas hegemônicas – é o que leva Costa, Araújo, Montenegro e Samico a se interrogarem sobre os deslocamentos possíveis quando jovens mulheres ingressam e participam do movimento hip hop. No capítulo intitulado “Acho que a gente veio meio pra quebrar isso: as tensões de gênero e a participação no movimento hip hop”, as autoras têm como foco de análise os grupos de mulheres dentro dos coletivos de hip hop da cidade do Recife. Elas apontam a marca hegemonicamente masculina do coletivo maior que engendra uma tensão permanente entre adesão e emancipação para a participação das jovens. Para as autoras, é a *experiência* – do estar junto e construir a expressividade de si pelos elementos do hip hop – que oportuniza a junção do cultural com o político. Ainda que o *cultural* esteja afeto a um modelo hegemônico de

dominação masculina, a leitura crítica da realidade se torna possível quando outras solidariedades e identificações são articuladas à experiência dessas jovens, politizando, portanto, as exclusões e desigualdades que o cultural hegemônico inicialmente comporta.

Creemos que, no seu conjunto, a presente publicação dá conta de um difícil caminho percorrido que buscou, por meio de uma diversidade de intervenções empíricas e de abordagens conceituais distintas, trazer um panorama intenso e rico de experimentações juvenis no campo da política e da vida social no Brasil. Algumas questões permanecem, sem dúvida, abertas a aprofundamentos, retomadas e questionamentos. No entanto, parece-nos que, por diferentes abordagens, leituras teóricas e inserções empíricas, as formas de participação dos jovens não podem ser subestimadas. Elas revelam, sobretudo, que há transformações em curso, mesmo que ainda não consigamos dimensionar claramente sua direção e seus fundamentos. Elas sinalizam, no entanto, as possibilidades, embora incertas, de uma renovação da política, do político e de seus atores.

## Referências

- ABRAMO, H.; BRANCO, P. (org.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto da Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ALVAREZ, Sonia E.; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ALVIM, R. Olhares sobre a juventude. In: Novaes, R. R.; Porto, M.; Henriques, R. (org.) *Juventude, cultura e cidadania*. Rio de Janeiro: Iser, 2002.
- BAUGNET, L. Participation associative et rapport au politique: l'engagement social des jeunes. In: Roudet, B. (org.) *Des jeunes et des associations*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 37-52.
- CALHOUN, C. (ed.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford/Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1994.
- CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Sociologia e Política* n. 30, jul. 2008, p. 253-69.
- \_\_\_\_\_; CORREA, Jane. (org.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005.
- EAGLETON, T. *The Idea of Culture*. Londres: Blackwell, 2000.

- FANON, F. *Black Skin, White Masks*. Nova York: Grove Press, 1967.
- FERREIRA, P. M. Os jovens e a cidadania política e social na Europa. In: Castro, L. R.; Correa, J. (org.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 31-56.
- GAUTHIER, M. Gravel, P. L. La Participation des jeunes à l'espace public au Québec, de l'associationnisme à la mobilisation. In: Gauthier, M. (org.). *La Jeunesse au Québec*, Québec: Presses de L'Université Laval, 2003. p. 91-104.
- HOLLOWAY, J. *Change the World without Taking Power*. Londres: Pluto, 2005.
- IBASE/POLIS. *Relatório global juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Janeiro 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1426/1426.pdf>.
- ION, J. Groupements associatifs et modèles d'engagement. In: Roudet, B. (org.). *Des jeunes et des associations*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 53-64.
- JULLIEN, F. *De l'universel, de l'uniforme, du commun et du dialogue entre les cultures*. Paris: Fayard, 2008.
- JEANSON, O. Résistance, résistances. Entretien avec Olivier Jeanson. *Nouvelle Revue de Psychosociologie La résistance créative* n. 7, p. 211-224, 2009.
- KOVACHEVA, Siyka Will Youth Rejuvenate the Patterns of Political Participation? In: Forbrig, J. (ed.). *Revisiting Youth Political Participation*. Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2005. p. 19-28.
- LODI, C. A.; Jobim e Souza, S. Juventude, cultura hip hop e política. In: Castro, L. R.; Correa, J. (org.) *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005.
- MAHEIRIE, K. Música popular, estilo estático e identidade coletiva. *Psicologia Política*, v. 2, n. 3, p. 39-54, jan/jun 2002.
- MELUCCI, A. The Process of Collective Identity. In Johnston, H.; Klandermans, B. (ed.). *Social Movements and Culture*. Social Movements, Protest, and Contention. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. V. 4..
- MÉNDEZ, E. *Infância e adolescência na América Latina*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- MOUFFE, Chantal. *The Return of the Political*. Londres: Verso, 1993.
- \_\_\_\_\_. *On the Political*. Londres: Routledge, 2005.
- NORRIS, P. *Democratic Phoenix. Re-inventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PRADO, Marco Aurélio M. Movimentos sociais e massa – identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: Maia, R.; Ceres, M.; Castro, P. S. (org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 193-212.
- PUTNAM, R. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova York: Simon and Schuster, 2000.

- RANCIÈRE, J. Politics, Identification and Subjectivization. In: Rajchman, J. (ed.). *The Identity in Question*. Londres: Routledge, 1995. p. 63-72.
- REGUILLO, R. Cascadas: Agotamiento estructural y crisis del relato. Pensando la “participación” juvenil. In: Islas, J. A. P.; González, M. V.; Gauthier, M.; Gravel, P.L. (org.). *Nuevas miradas sobre los jóvenes*. México y Québec. México, D. F.: Instituto Mexicano de la Juventud, 2003. p. 97-106.
- ROUDET, Bernard. Entre responsabilisation et individualisation: les évolutions de l’engagement associatif. *Lien Social et Politiques*, n. 51, p. 197-210, 2004.
- \_\_\_\_\_; Galland, Olivier (org.). *Les Jeunes européens et leurs valeurs*. Paris: La Découverte, 2005.
- SEGAL, L. After Judith Butler: Identities, Who Needs Them? *Subjectivity*, n. 25, p. 381-394, 2008.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STOLLE, Daniel; HOOGHE, Marc. Review article: Inaccurate, Exceptional, One-sided or Irrelevant? The Debate about the Alleged Decline of Social Capital and Civic Engagement in Western Societies. *British Journal of Political Science*, n. 35, p. 149-167, 2004.
- TEJERINA, B. Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopía. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 72, p. 67-97, out. 2005.
- TORRES, A.; MARCUS, E.; Costa, J. (org.) *A psicologia política na perspectiva psicossociológica: o estudo das atividades políticas*. Goiânia: Editora UCG, 2005.
- WELTI, Carlos. Adolescents in Latin America: Facing the Future with Skepticism. In Brown, B.; Bradford, Reed Larson; Saraswathi, T. S. (ed.). *The World’s Youth: Adolescence in Eight Regions of the Globe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 276-306.